



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 29/2019

CARTA-CONTRATO N. 29/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0002959-18.2019.6.22.8000](#)

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, E A EMPRESA GOVERNET EDITORA LTDA - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECA DIGITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME**, CNPJ 07.316.919/0001-38, com sede na Rua Wagia Kassab Khury, 115 - São Lourenço, CEP: 82.210-100, em Curitiba/PR, Telefone(s): (41) 3338 7328 / (41) 99947-3505 / (41) 3328 5524 e (11) 3425-4334, E-mail(s): atendimento@govnet.com.br, neste ato representada pelo Senhor **ADEMAR APARECIDO GIMENES**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 705783-0-SESP/PR e CPF 021.925.439-72.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO: Contratação direta por Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: DESPACHO n. 6663/2019-PRES/DG/GABDG, de 27/12/2019.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é a aquisição de assinatura anual, com edições mensais na modalidade eletrônica, publicados pela empresa ora CONTRATADA, correspondente à assinatura de 12 (doze) meses do Boletim Eletrônico de Licitações e Contratos e do Boletim de Recursos Humanos, bem como a disponibilização eletrônica do Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal, Orçamento e Finanças e Convênios e Parcerias como (cortesia), conforme abaixo especificados:

Qt.	Boletim/Assinatura	Período	Valor unit.	Valor total cobrado do TRE-RO
01	Boletim de Licitações e Contratos	12 meses	R\$ 7.080,00	R\$ 7.080,00
02	Boletim de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 7.080,00	R\$ 7.080,00
03	Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal	12 meses	R\$ 8.620,00	Cortesia
04	Boletim de Orçamento e Finanças	12 meses	R\$ 7.080,00	Cortesia
05	Boletim de convênios e Parceria	12 meses	R\$ 7.080,00	Cortesia
Valor total cobrado do TRE-RO				R\$ 14.160,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – A assinatura nas modalidades eletrônica supramencionada contempla:

- 1) REVISTA ELETRÔNICA (Web) – Senha-permite acesso ilimitado pelos colaboradores internos por meio de senha de uso exclusivo, para pesquisas no Banco de Dados Governet;
- 2) ÁREA DO CLIENTE- área exclusiva no site (www.governet.com), na qual é possível formular dúvidas, alterar cadastro e senha, visualizar o histórico de textos lidos, acessar a versão on-line do boletins Governet e armazenar as respostas aos questionamentos já realizados;
- 3) ÍNDICE CUMULATIVO MENSAL- individualizado por boletim, disponível no site; e
- 4) NEWSLETTER- envio semanal pelo e-mail cadastrado, contendo notícias sobre os principais acontecimentos relacionados à administração pública.

Subcláusula Segunda – A presente contratação também contempla, como cortesia, o que segue:

1. DÚVIDAS DOS ASSINANTES- 24 (vinte e quatro) orientações jurídicas com atendimento ilimitado às dúvidas dos usuários referentes aos temas publicados nos boletins objeto da assinatura. Questões respondidas por profissionais especializados em administração pública, por escrito, no prazo de até 30 horas úteis;
2. ATENDIMENTO EM TEMPO REAL- por telefone (41- 3328-5524) ou por chat on line, para questões pontuais que demandem atenção imediata (situações complexas podem demandar prazo para a realização de pesquisa e para a elaboração da respectiva resposta); e
3. ASSINATURA DIGITAL DA OBRA- “Anotações Ao Pregão” – com acesso ilimitado. A obra traz: comentários, doutrina e jurisprudência, artigo por artigo, sobre a legislação federal do pregão, composta pela Lei nº 10.520/02 e pelos Decretos Federais nº 3.555/00 e nº 5.450/05 e suas atualizações.

Subcláusula Terceira - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico/Termo de Referência respectivo, a proposta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 14.160,00 (quatorze mil, cento e sessenta reais)**, conforme proposta da CONTRATADA referente a assinatura de 12 (doze) meses do Boletim Eletrônico de Licitações e Contratos e do Boletim de Recursos Humanos, no valor de R\$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais) cada, bem como a disponibilização eletrônica do Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal, Orçamento e Finanças e Convênios e Parcerias como (cortesia).

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda - Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução do presente Contratação correrão à conta do Orçamento 2019 da Justiça Eleitoral de Rondônia, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011 e Elemento de Despesa: 33.90.39-01, conforme Nota de Empenho n. 2019NE001206, de 28/12/2019, conforme resumo a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação de Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Aquisição de Livros e Assinatura de periódicos
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA
VALOR ESTIMADO	R\$ 14.160,00

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – O CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA em parcela única, no valor informado no item 5 do Projeto Básico/Termo de Referência respectivo, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais, observando que:

1. No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante à Fazenda Pública Federal e à seguridade social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

além da necessidade de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços;

3. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais em desacordo com o contratado e/ou não atestadas pelo Fiscal da Carta-Contrato;

4. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

5. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada;

6. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão nº 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);

7. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente;

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – No TRE-RO, a Gestão desta contratação ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD) e a fiscalização desta contratação ficará a cargo do titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM), ou aos seus respectivos substitutos, em caso de ausência dos titulares mencionados, aos quais competem, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATANTE:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;
2. Acessar a versão on-line dos Boletins Governet, observando que o acesso provisório dos boletins eletrônicos com recebimento provisório dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, o que não implica na aceitação definitiva dos boletins;
3. Recusar os periódicos enviados em desconformidade com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento e/ou na proposta da adjudicatária ou, ainda, se apresentarem qualquer irregularidade ou vício que o torne impróprio para uso, observando que o recebimento definitivo dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do periódico, se atendidas todas as exigências;
4. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, na forma CONTRATADA;
5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, observando que:
6. Constatar, em registro próprio, todas as ocorrências constatadas durante a execução desta contratação;
7. Comunicar-se preferencialmente por escrito com a CONTRATADA, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;
8. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
9. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência poderá acarretar a aplicação das sanções previstas neste instrumento;
10. Controlar a execução financeira do Contrato dentro dos limites estabelecidos;
11. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATADA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Manter-se regular junto à Fazenda Pública Federal e à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante o período de vigência contratual, assim como em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas;
2. Cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidos neste Instrumento e na Proposta da CONTRATADA;
3. Disponibilizar as edições mensais e os boletins eletrônicos objeto deste instrumento em até 30 (trinta) dias após a publicação, devendo ser destinados à Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Porto Velho/RO. CEP 76805-859;
4. Substituir o material, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material, emitido pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO;
5. Recolher, às suas expensas, das dependências do TRE/RO, os materiais recusados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição;
6. Fornecer senha personalizada para acesso on-line dos conteúdos das publicações via internet durante a vigência do contrato, observando que a senha de acesso exclusivo deverá ser encaminhada à Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO;
7. Sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e respondendo todas as reclamações formuladas;
8. Não subcontratar e não transferir, no todo ou em parte, o objeto contratado, bem como não transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento;
9. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato;
10. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado;
11. Indenizar o TRE/RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;
12. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da CARTA-CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

13. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução da Carta-Contrato;

14. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO;

15. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

16. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I – Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

II – Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

17. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor deste instrumento para adimplemento de obrigação contratual; e

18. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS PENALIDADES

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta contratação, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93 e neste instrumento, observado o que segue:

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

- I - multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;
- II - multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;
- III - multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias;
- IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução do ajuste

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto da Carta-Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- I - advertência;
- II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o contratado;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Subcláusula Terceira - Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério e motivação do CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas.

Subcláusula Sexta - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata.

Subcláusula Sétima - Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor deste instrumento.

Subcláusula Oitava - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE ou a terceiros.

Subcláusula Nona - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Décima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Décima Primeira - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quarta – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico/Termo de Referência e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e na Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 30 de dezembro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ADEMAR APARECIDO GIMENES Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva	Aldací Souza Mota



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CPF: 567.849.102-49

Testemunha

CPF: 326.504.772-53

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **ADEMAR APARECIDO GIMENES, Usuário Externo**, em 30/12/2019, às 08:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/12/2019, às 09:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 30/12/2019, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/12/2019, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0492471** e o código CRC **2A98FAAF**.

0002959-18.2019.6.22.8000

0492471v4

Criado por 006007062364, versão 4 por 006007062364 em 30/12/2019 08:11:50.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 157 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM

1. APRESENTAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, nos incisos I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto 5.450/05 e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO, e o disposto no art. 2º da IN nº 004/2008-TRE/RO, elaboramos o presente Termo de Referência com base no princípio do planejamento e da objetividade.

2. DO OBJETO

Aquisição de Assinatura Anuais com edições mensais na modalidade eletrônica, publicados pela GOVERNET Editora Ltda, CNPJ 07.316.919/0001-38, referente ao boletim abaixo especificado (s):

Qt.	Boletim/Assinatura	Período	Valor unit.	Valor total
01	Boletim de Licitações e Contratos	12 meses	R\$ 7.080,00	R\$ 7.080,00
02	Boletim de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 7.080,00	R\$ 7.080,00
03	Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal	12 meses	R\$ 8.620,00	Cortesia
04	Boletim de Orçamento e Finanças	12 meses	R\$ 7.080,00	Cortesia
05	Boletim de convênios e Parceria	12 meses	R\$ 7.080,00	Cortesia
				R\$ 14.160,00

A assinatura nas modalidades eletrônica contempla:

- 1) REVISTA ELETRÔNICA (Web) – Senha-permite acesso ilimitado pelos colaboradores internos por meio de senha de uso exclusivo, para pesquisas no Banco de Dados Gouvernet;
- 2) ÁREA DO CLIENTE- área exclusiva no site (www.governet.com), na qual é possível formular dúvidas, alterar cadastro e senha, visualizar o histórico de textos lidos, acessar a versão on-line do boletins Gouvernet e armazenar as respostas aos questionamentos já realizados;
- 3) ÍNDICE CUMULATIVO MENSAL- individualizado por boletim, disponível no site;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4) NEWSLETTER- envio semanal pelo e-mail cadastrado, contendo notícias sobre os principais acontecimentos relacionados à administração pública.

CONTEMPLA COMO CORTESIA:

1. DÚVIDAS DOS ASSINANTES- 24 (vinte e quatro) orientações jurídicas com atendimento ilimitado às dúvidas dos usuários referentes aos temas publicados nos boletins objeto da assinatura. Questões respondidas por profissionais especializados em administração pública, por escrito, no prazo de até 30 horas úteis;

2. ATENDIMENTO EM TEMPO REAL- por telefone (41- 3328-5524) ou por chat on line, para questões pontuais que demandem atenção imediata (situações complexas podem demandar prazo para a realização de pesquisa e para a elaboração da respectiva resposta).

3. ASSINATURA DIGITAL DA OBRA- “Anotações Ao Pregão” – com acesso ilimitado. A obra traz: comentários, doutrina e jurisprudência, artigo por artigo, sobre a legislação federal do pregão, composta pela Lei nº 10.520/02 e pelos Decretos Federais nº 3.555/00 e nº 5.450/05 e suas atualizações.

2.1. DA JUSTIFICATIVA

Os Boletins Governet são periódicos mensais, divididos nas áreas de Licitações e Contratos; Orçamento e Finanças; Recursos Humanos, Administração Pública e Gestão Municipal dentre outras. Esses periódicos apresentam fonte contínua e atualizada de artigos técnicos manifestações dos Tribunais de Contas, legislação especializada, entre outros assuntos.

A Editora Gouvernet aborda todos os temas referentes à gestão pública: Licitações, Contratos administrativos, parcerias com o setor privado, servidores públicos, orçamento público, finanças públicas. Além dessas áreas do Direito Administrativo, a Governet também oferece suporte a questões que envolvam outros ramos do Direito, como Direito Ambiental, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Direito do Trabalho, Direito Tributário, entre outros, desde que haja relação direta com a gestão pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários adequado ao planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência constará do Planejamento Anual das Contratações para 2019 o qual está em fase de elaboração pela unidade competente, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;
- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
- Aperfeiçoamento da Gestão orçamentária;

Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

4.0 DA INEXIBILIDADE DA LICITAÇÃO

Consoante atestado da Associação Comercial do Paraná - ACP, a GOVERNET EDITORA LTDA - ME é a distribuidora exclusiva dos Boletins Técnicos e Informativos da Revista Governet para todo o território nacional.

Em razão disso, diante da exclusividade da distribuição do produto pela editora, entende-se pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, eis que configurada a inviabilidade fática e jurídica de competição, a teor do que dispõe o art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

5. DO VALOR

O valor do objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 14.160,00** (quatoze mil, centos e sessenta reais), a serem pagos em parcela única.

Esse valor corresponde à proposta da editora GOVERNET referente a assinatura de 12 (doze) meses do Boletim Eletrônico de Licitações e Contratos e do Boletim de Recursos Humanos, no valor de R\$ 7.080,00 (sete mil, e oitenta reais) cada, perfazendo um total de R\$ 14.160,00 (quatoze mil, setecentos e sessenta reais), bem como a disponibilização eletrônica do Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal, Orçamento e Finanças e Convênios e Parcerias como (cortesia).

5.1 DA COTAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO

Conforme Notas Fiscais em anexo ([0490088](#)), ([0490103](#)) e [0490099](#)(), a média de preço dos boletins contratados com outras entidades públicas são os seguintes:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Superior Tribunal Militar	R\$ 35.000,00
Prefeitura Municipal de Votuporanga/SP	R\$ 8.620,00
Fundação Amparo- SP	R\$ 7.080,00
PROPOSTA COMERCIAL	R\$ 14.160,00

Dessa forma, a proposta comercial apresentada se coaduna com os preços praticados no mercado.

5.2 DADOS DA EMPRESA

GOVERNMENT EDITORA LTDA - ME, CNPJ nº 07.316.919/0001-38.

Endereço: Rua Henrique Itiberê da Cunha, 860, Bairro Bom Retiro, Curitiba/PR. CEP 80.520-120.

Telefone/FAX: 41 3338 7328.

Representante da empresa: Ronaldo Garbini. 11 3425-4334

www.govermet.com.br

Dados bancários: Banco do Brasil (001), Agência 3041-4, Conta Corrente 113152-4.

6. DA ADERÊNCIA DO ORÇAMENTO

As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão com recursos do Orçamento Anual de 2019 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação de Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Aquisição de Livros e Assinatura de periódicos
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA
VALOR ESTIMADO	R\$ 14.160,00

7. DO CONTRATO

7.1 Nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será formalizada CARTA-CONTRATO, regulando a relação entre a Administração contratante e a empresa Contratada.

7.2 A Carta-Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI,

7.3 Como condição para a assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar, situação de regularidade junto à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Justiça do Trabalho.

7.4 Se a adjudicatária não apresentar situação regular perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, no ato da assinatura do contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado.

7.5 Para efetivar a contratação, será feito o seguinte:

a) Após a homologação da contratação, a fornecedora será convocada pela Seção de Contratos, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a compromissária/fornecedora será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Contratos.

7.6 Após a assinatura do contrato, a contratada deverá disponibilizar os produtos contratados, dentro dos prazos fixados neste Termo de Referência e sempre conforme orientações do gestor do contrato.

7.7 À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

7.8 Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto deste contrato.

8.0 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 Constituem obrigações da Contratada:

8.1.1. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual;

8.1.2. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, na Carta Contrato e na proposta;

8.1.3. Disponibilizar as edições mensais, os boletins eletrônicos objeto deste termo em até 30 (trinta) dias após a publicação, à Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Porto Velho/RO. CEP 76805-859.

8.1.4. Substituir o material, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

emitido pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO;

8.1.5. Recolher, às suas expensas, das dependências do TRE/RO, os materiais recusados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição;

8.1.6. Fornecer senha personalizada para acesso on-line dos conteúdos das publicações via internet durante a vigência do contrato;

8.1.6.1. A senha de acesso exclusivo deverá ser encaminhada à Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, a quem compete às funções de fiscalização do contrato;

8.1.7. Sujeitar-se à fiscalização da contratada, prestando todos os esclarecimentos solicitados e respondendo todas as reclamações formuladas;

8.1.8. Demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE/RO.

8.2 Obriga-se a Administração contratante:

8.2.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;

8.2.2 Acessar a versão on-line dos Boletins Gouverne;

8.2.2.1. O Acesso provisório dos boletins eletrônicos com recebimento provisório dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, o que não implica na aceitação definitiva dos boletins;

8.2.2.2. Os periódicos poderão ser recusados se enviados em desconformidade como as especificações e condições estabelecidas neste termo de referência, na Carta-Contrato e/ou na proposta da adjudicatária ou, ainda, se apresentarem qualquer irregularidade ou vício que o torne impróprio para uso;

8.2.2.3. O recebimento definitivo dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do periódico, se atendidas todas as exigências;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.3. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, na forma contratada;

8.2.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte da contratada;

8.2.4.1. A Administração fará constar em registro próprio todas as ocorrências relevantes constatadas durante a execução do contrato;

8.2.4.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada dar-se-á preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;

8.2.4.3. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pelo seu cumprimento;

8.2.5 Demais obrigações consignadas no instrumento contratual (Carta-Contrato).

9.0 DAS SANÇÕES

9.1. O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II - multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;

III - multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias;

IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução do ajuste.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração-Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

9.3 As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração-Contratante.

9.4 Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pelo SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

9.5 O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido por meio de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

9.6 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

9.7 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO.

10.0 DO PAGAMENTO

10.1. A Administração Contratante efetuará o pagamento, em parcela única, no valor informado no item 5, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

10.2. No ato do pagamento, o contratado deverá ter a situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e Justiça do Trabalho.

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou em caso de inadimplência, ainda não solucionada sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

10.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o licitante vencedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.5. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 A Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO será a unidade responsável pela FISCALIZAÇÃO do contrato, incluindo a certificação da nota fiscal.

11.2. A Gestão do contrato será realizada pelo titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do TRE/RO, ou por quem o substituir, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

11.3. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela entrega dos materiais.

11.4. A comunicação entre a fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.

11.5. Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

12. ANEXOS

São anexos deste termo de referência:

1. Proposta Comercial ([0490076](#));
2. Atestado de Exclusividade ([0490069](#));
3. Pesquisa de Preços ([0490089](#), [0490103](#) e [0490099](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em 19 de dezembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 20/12/2019, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0490110** e o código CRC **7B80194C**.

0002959-18.2019.6.22.8000

0490110v6

Criado por 000393312321, versão 6 por 006205542321 em 19/12/2019 20:00:59.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002959-18.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: **Contratação de assinatura anual** com edições mensais dos boletins eletrônicos de Licitações e Contratos, Recursos Humanos, Orçamento e Finanças, Administração Pública e Gestão Municipal e, Convênios e Parcerias – **Empresa GOVERNET Editora Ltda.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 0492305 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM busca a contratação direta da empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME**, CNPJ 07.316.919/0001-38 que consiste na aquisição dos serviços de assinatura anual com edições mensais dos boletins eletrônicos de Licitações e Contratos, Recursos Humanos, Orçamento e Finanças, Administração Pública e Gestão Municipal e, Convênios e Parcerias.

02. No Termo de Referência 157 ([0490110](#)), consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, planejamento estratégico, da inexigibilidade da licitação, valor da contratação, aderência do orçamento, do contrato, obrigações das partes, sanções, pagamento, gestão e fiscalização.

03. Carreou-se aos autos a Proposta de Assinatura da empresa GOVERNET Editora ([0490076](#)), Atestado de exclusividade da Associação Comercial do Paraná ([0490069](#)), Certificado de Regularidade do FGTS – CRF ([0491026](#)), Certidão Negativa de Débitos Tributário ([0479928](#)), Certidão Negativa de Falência ([0479931](#)), Certidão Negativa de CNPJ ([0490085](#)), Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([0491036](#)), Certidão Negativa Tributos Federais ([0490084](#)) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0491030](#)).

04. Para aferir o benefício da contratação seu valor estimado foi obtido por meio de preços contratados com outras entidades públicas onde obteve-se o resultado por meio de pesquisas de preços no Superior Tribunal Militar ([0490089](#)), Fundação Amparo/SP ([0490099](#)) e Prefeitura Municipal de Votuporanga ([0490103](#)).

05. Considerando a Remessa do GABSAOFC ([0490937](#)), os autos foram encaminhados, de ordem, à COMAP para análise do termo de referência, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, à SECONT para elaborar a minuta do instrumento contratual e à esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

06. A COFC ([0490971](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de R\$ 14.160,00 (catorze mil cento e sessenta reais), indicando o Plano Interno AOSA ASSINA, natureza da despesa 33903901 – Assinatura de Periódicos e Anuidades para o custeio da despesa,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, com a proposta orçamentária 2019 registrada no processo n. 0000017-47.2018.6.22.8000.*

07. A Coordenadora de Material e Patrimônio – unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência – nos termos do item V do art. 17 da Instrução Normativa TRE n.004/08, em sua Análise ao Termo de Referência 157/2019 ([0490110](#)), concluiu pela regularidade do TR supracitado complementado pela proposta da empresa ([0490076](#)), por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratação, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93. Ainda, manifestou pela adjudicação do objeto à proponente, no ato de aprovação do TR, pela Autoridade Superior.

08. Por fim, a SECONT elaborou a minuta da Carta-contrato ([0491569](#)). Assim instruídos, vieram os presentes autos para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. Inicialmente, importante esclarecer quando é possível a aquisição por inexigibilidade, baseada no art. 25 da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando **houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (negritou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Nesse sentido, o Manual de Licitações & Contratos, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária. A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

11. Como há nos autos Atestado da Associação Comercial do Paraná informando que a empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME** detém exclusividade de produção, comercialização e distribuição dos produtos descritos no item 2 do TR em todo território nacional (Brasil), verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade como empresa associada sob o nº 23.400, por atestado fornecido por Associação Comercial do Estado do Paraná. Veja-se:

Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

12. Destarte, entende-se que a contratação poderá ser enquadrada na hipótese de inexigibilidade de licitação descrita no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

13. Por sua vez, o Termo de Referência 157 ([0490110](#)) contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente para APROVAÇÃO**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

III – CONCLUSÃO

14. Nesses termos, conclui-se que a contratação solicitada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral – SEPM poderá ser processada diretamente com a empresa GOVERNET EDITORA LTDA - ME, CNPJ 07.316.919/0001-38 já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público, conforme citado no item 3 deste opinativo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada no evento [0491569](#), o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

16. Alerta-se para a necessária ratificação da despesa pela autoridade competente e publicação do ato no DOU e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, conforme art. 26, da Lei n. 8.666/93.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 27/12/2019, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0492305** e o código CRC **94FDE97A**.

0002959-18.2019.6.22.8000

0492305v4

Criado por 004891562321, versão 4 por 004891562321 em 27/12/2019 15:10:34.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002959-18.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: **Contratação de assinatura anual** com edições mensais dos boletins eletrônicos de Licitações e Contratos, Recursos Humanos, Orçamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e Finanças, Administração Pública e Gestão Municipal e, Convênios e Parcerias – **Empresa GOVERNET Editora Ltda.**

DESPACHO Nº 6663 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM busca a contratação direta da empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME**, CNPJ 07.316.919/0001-38 que consiste na aquisição dos serviços de assinatura anual com edições mensais dos boletins eletrônicos de Licitações e Contratos, Recursos Humanos, Orçamento e Finanças, Administração Pública e Gestão Municipal e Convênios e Parcerias.

No Termo de Referência 157 ([0490110](#)), consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, planejamento estratégico, da inexigibilidade da licitação, valor da contratação, aderência do orçamento, do contrato, obrigações das partes, sanções, pagamento, gestão e fiscalização.

Carreou-se aos autos a Proposta de Assinatura da empresa GOVERNET Editora ([0490076](#)), Atestado de exclusividade da Associação Comercial do Paraná ([0490069](#)), Certificado de Regularidade do FGTS – CRF ([0491026](#)), Certidão Negativa de Débitos Tributário ([0479928](#)), Certidão Negativa de Falência ([0479931](#)), Certidão Negativa de CNPJ ([0490085](#)), Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([0491036](#)), Certidão Negativa Tributos Federais ([0490084](#)) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0491030](#)).

Para aferir o valor estimado da contratação, pesquisou-se os preços contratados com outras entidades públicas onde obteve-se o resultado por meio de pesquisas de preços no Superior Tribunal Militar ([0490089](#)), Fundação Amparo/SP ([0490099](#)) e Prefeitura Municipal de Votuporanga ([0490103](#)).

Mediante a Remessa do GABSAOFC ([0490937](#)) os autos foram encaminhados, de ordem, à COMAP para análise do termo de referência, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, à SECONT para elaborar a minuta do instrumento contratual e à Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

Assim, veio aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 14.160,00 (quatorze mil cento e sessenta reais) elaborada pela COFC, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, com a proposta orçamentária 2019 registrada no processo n. 0000017-47.2018.6.22.8000.

A Coordenadora de Material e Patrimônio – unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência – nos termos do item V do art. 17 da Instrução Normativa TRE n.004/08, em sua Análise ao Termo de Referência 157/2019 ([0490110](#)), concluiu pela regularidade do TR supracitado complementado pela proposta da empresa ([0490076](#)), por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratação, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93. Ainda, manifestou pela adjudicação do objeto à proponente, no ato de aprovação do TR, pela Autoridade Superior.

Por fim, a SECONT elaborou minuta da Carta-contrato ([0491569](#)) e encaminhou os autos à AJDG para análise ([0491579](#)).

Por sua vez, a AJDG opinou pela aprovação do Termo de Referência 157 ([0490110](#)) por conter os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93; pela contratação direta da empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME**, CNPJ 07.316.919/0001-38, por entender que restou configurada a inexigibilidade de licitação descrita no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/93. E, Por último, alertou para a necessidade de publicação da ratificação da despesa na imprensa oficial com fulcro na Decisão TCU n. 1336/06 - Plenário e art. 26 da Lei n. 8.666/93 e, em cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, aprovou os termos da minuta juntada no evento [0491569](#) ([0492305](#)).

A SAOFC, por meio da MANIFESTAÇÃO Nº 2444 ([0492311](#)), reconheceu a inexigibilidade e manifestou-se pela autorização da despesa, **por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/93; **aprovação do Termo de Referência 157** ([0490110](#)); **autorização para emissão de Nota de Empenho** em favor da empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME**, CNPJ 07.316.919/0001-38, **no valor de R\$ 14.160,00** (quatorze mil cento e sessenta reais) e **publicação do ato de ratificação da inexigibilidade no Diário de Justiça Eletrônico (DJE)**, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário.

Os autos devidamente instruídos, preenchem os requisitos técnicos e legais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Há a necessária disponibilidade orçamentária para abrigar a presente despesa, conforme se verifica da informação constante no evento [0490971](#).

Assim, com abrigo nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a Inexigibilidade reconhecida pela SAOFC e:

1. **Aprova o Termo de Referência 157** ([0490110](#)) porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, da Lei nº 8.666/93;

2. **Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93;

3. **Autoriza a emissão de Nota de Empenho** em favor da empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME, CNPJ 07.316.919/0001-38, no valor de R\$ 14.160,00** (quatorze mil cento e sessenta reais); e

4. **Determino a publicação da inexigibilidade de licitação deste ato** na imprensa no DJE, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário e no DJE, em homenagem ao princípio da publicidade dos atos administrativos.

À SAOFC para prosseguimento do feito, visando a efetiva contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 27/12/2019, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0492319** e o código CRC **0FA4FC95**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSÃO : 28Dez19 NÚMERO: 2019NE001206 PROCESSO: 00029591820196228000
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
CREDOR : 07316919/0001-38 - GOVERNAT EDITORA LTDA
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E AN

SEQ.: 2	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITÁRIO:	7.080,00
			VALOR DO SEQ. :	7.080,00

ASSINATURA ANUAL DO BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS.

CORTESIAS:

ASSINATURA ANUAL DO BOLETIM DE ADM. PÚBLICA E GESTÃO MUNICIPAL;

ASSINATURA ANUAL DO BOLETIM DE ORÇAMENTO E FINANÇAS;

ASSINATURA ANUAL DO BOLETIM DE CONVÊNIOS E PARCERIA.

T O T A L : 14.160,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES
DA COSTA
FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário. Carta-Contrato n. 29/2019/TRE-RO, assinada em 30/12/2019. Contratada: GOVERNET EDITORA LTDA - ME, CNPJ nº 07.316.919/0001-38. Objeto: Aquisição de assinatura anual, com edições mensais na modalidade eletrônica, correspondente à assinatura de 12 (doze) meses do Boletim Eletrônico de Licitações e Contratos e do Boletim de Recursos Humanos, bem como a disponibilização eletrônica do Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal, Orçamento e Finanças e Convênios e Parcerias como (cortesia). Fundamento Legal: Art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93. Valor: R\$ 14.160,00. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 30 de dezembro de 2019, não podendo ser prorrogada. Justificativa: Necessidade de acesso à informação e à contínua atualização nas matérias afetas à gestão pública. Notas de Empenho: 2019NE001206, de 28/12/2019, Programa de Trabalho 02122057020GP0011. Elemento Despesa nº. 33.90.39.01. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico nº. 0492305/2019 - PRES/DG/AJDG, em 27/12/2019, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessora Jurídica, CPF 716.688.707-97. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho nº. 6663/2019 - PRES/DG/GABDG, de 27/12/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO. Processo: SEI nº. 0002959-18.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 30/12/2019, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0492543** e o código CRC **A962CD76**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

0002959-18.2019.6.22.8000

0492543v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 30/12/2019 10:41:40.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 29/2019/TRE-RO, assinada em 30/12/2019. Contratada: GOVERNET EDITORA LTDA - ME, CNPJ nº 07.316.919/0001-38. Objeto: Aquisição de assinatura anual, com edições mensais na modalidade eletrônica, correspondente à assinatura de 12 (doze) meses do Boletim Eletrônico de Licitações e Contratos e do Boletim de Recursos Humanos, bem como a disponibilização eletrônica do Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal, Orçamento e Finanças e Convênios e Parcerias como (cortesia). Vigência: 12 meses, a contar de 30/12/2019, não podendo ser prorrogada. Fundamento Legal: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93. Valor: R\$ 14.160,00. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011, Elemento de Despesa 33.90.39.01, Nota de Empenho: 2019NE001206, de 28/12/2019. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor ADEMAR APARECIDO GIMENES. Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Despacho nº 6663/2019-PRES/DG/GABDG, de 27/12/2019. Processo SEI nº 0002959-18.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 30/12/2019, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0492544** e o código CRC **04FDC1A2**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002959-18.2019.6.22.8000

0492544v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 30/12/2019 10:48:23.